

Micros poderão vender ao governo

por Eduardo Hollanda
de Brasília

Fazer parte das compras do governo nas indústrias do Distrito Federal é o principal objetivo de um decreto recente do governador Joaquim Roriz, alterando as regras para as concorrências e licitações para compras de bens de consumo e insumos para atender à demanda da máquina administrativa.

Para o secretário de Indústria e Comércio do Distrito Federal, Nuri Andraus, "a idéia é dar oportunidades para que as indústrias locais, especialmente as micro e pequenas empresas, possam vender para o governo". Andraus explica que, pelas regras tradicionais das concorrências para fornecimento ao governo, "micro e pequenos empresários não têm a menor possibilidade de competir com um grandes grupos empresariais". Desse modo o GDF buscou mudar o quadro, com algumas soluções simples, mas eficazes.

Assim, em vez de fazer grandes compras, para formar estoques elevados e receber os produtos no menor prazo possível, o governo decidiu optar por comprar pequenas quantidades, mensalmente, mantendo estoques mínimos. Os prazos para entrega, sempre visando facilitar a participação de micro e pequenas empresas, também deverão ser alongados.

Nuri Andraus acredita que, com as novas regras, as micro e pequenas empresas — maioria do Distrito Federal (Brasília e cidades satélites) — serão estimuladas a produzir mais, sabendo que poderão contar com grande cliente. Ele destaca a existência de um grande potencial para crescimento da indústria de ponta (informática e gemologia) e da indústria de transformação, especialmente nos setores de vestuário, calçados, adereços e móveis.

O secretário de Indústria e Comércio explica que o Distrito Federal, com pouco mais de 1,6 milhão de habitantes (dados do Censo de 1991), importa pelo menos 80% do que consome. Andraus acredita que, com o começo das compras pelo governo junto às micro e pequenas empresas, e com a natural expansão das indústrias, com os incentivos criados pelo Programa de Desenvolvimento Econômico (Prodecon), sancionado em julho deste ano pelo governador Roriz, será possível, a médio prazo, reduzir em 20% as chamadas importações de bens de consumo pelo Distrito Federal. "Isto já seria ótimo, pois significaria mais empregos, atenuando um dos problemas do Distrito Federal, que é o índice de desemprego, que chegou a 16,1% em setembro", afirma.

Nuri Andraus considera que as medidas adotadas pela equipe do governo Collor tiveram influência marcante na queda do poder aquisitivo dos 300 mil funcionários públicos da Capital Federal, "que foi reduzido à metade". Ele espera que possa haver uma progressiva recuperação do poder de compra, não só do funcionalismo mas também dos assalariados, reaquecendo a produção e o consumo.

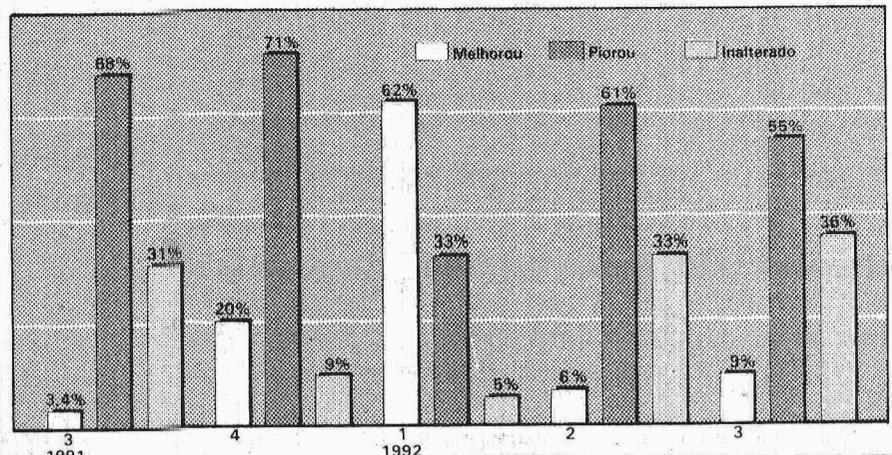
foi em Brasília", conclui o diretor. As políticas de controle inflacionário que atingiram a economia brasileira como um todo não tocaram diretamente, por exemplo, os salários do funcionalismo público federal. A taxa de variação decenal do PIB de Brasília foi da ordem de 46,5% contra 16,6% do Brasil na década. Isto porque a cidade tem 1,24% da população total que vive em um território correspondente a 0,07% do País.

"É claro que muitos recursos vêm da União", ressalta Timm. A administração pública representa um importante papel nas contas de Brasília. Mas a participação dos funcionários públicos na população economicamente ativa (PEA) vem diminuindo paulatinamente. Enquanto 18,6% da força de trabalho eram servidores em 1980, em 1989 a proporção era de 17,3%.

A Codeplan projeta um crescimento da economia

LUCRO EM QUEDA

(Lucro das empresas, segundo pesquisa da Fibra, por trimestre, em % das respostas)



Fonte: Fibra

que atinja 10% do PIB nacional até o final desta década. O diretor informa

também que o GDF está se organizando para instalar um balcão de projetos, com

o objetivo de orientar as empresas interessadas em investir na cidade.